

O autoritarismo, a principal raiz da crise

por Patrícia Saboia
de São Paulo

As raízes do verdadeiro nó em que se transformou a questão financeira estão, essencialmente, na omissão ou permissão da sociedade para a instalação de uma ordem autoritária no Brasil. E preciso deixar de escamotear a questão política, deixando transparente que a escolha das regras que nos afundaram nesta crise sem precedentes se deu sem consulta à sociedade — a mesma sociedade que, “pelo silêncio ou pelo aplauso”, autorizou o regime de autoridade.

A constatação apaixonada de Carlos Lessa, professor do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fechou o painel sobre a Questão Financeira Interna e conseguiu o que sempre parece difícil quando se alinham, numa mesma mesa, representantes de tendências diversas — o consenso. Um consenso veemente, engrossado pelas palmas dos mais de quatrocentos empresários que, certamente, não seguiram à risca o conselho desfechado minutos antes por Lessa: “Vamos todos enfiar a carapuça. Nesse nó que se armou, o mico vai ficar na mão de todo mundo”.

Lessa explorou, com a “verve” que lhe é característica, a “deixa” do condutor dos debates, o empresário Cláudio Bardel-

la. Depois de constatar que o capital produtivo vem sendo penalizado pelo favorecimento ao capital especulativo, Bardella disparou a frase que seria dissecada pelo professor por mais de dez minutos: “A questão, agora, é exclusivamente política”.

Até então, a plateia digerira as receitas de cunho econômico prescritas por Adroaldo Moura da Silva, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP; Rogério Furquim Werneck, do Departamento de Economia da PUC/RJ; e Paulo Rabello de Castro, da Fundação Getúlio Vargas e redator-chefe da revista Conjuntura Econômica. Um receituário que começou pela reformulação da estrutura de gasto e financiamento do setor público, passou pelo fim do pragmatismo que gerou a dolarização dos ativos, propôs um “não” ao ajuste pela recessão e beirou, por duas vezes, a criação de um alentado programa de criação de empregos.

Adroaldo Moura da Silva foi quem primeiro indicou a dramática necessidade de geração de empregos, problema que o preocupa tanto quanto a postergação dos pagamentos externos que nos asfixiam e a reestruturação do sistema de gastos e financiamentos do setor público. Não que ele separe

(Continua na página 3)

O autoritarismo, a principal raiz...

CONT. 149

por Patrícia Saboia
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

a questão do déficit público — isto não é independente da dívida externa, do problema do BNH (Banco Nacional da Habitação) ou das vicissitudes do próprio setor privado.

“E preciso ver, quando se fala em renegociação a prazos mais longos, que a contrapartida doméstica é óbvia. A mesma coisa se repetirá aqui dentro. Moratória lá fora significa moratória aqui dentro.”

Ele vaticinou, “mais para frente”, uma ampla reforma financeira e monetária, convocando a platéia a tomar consciência de que ainda temos “uma grande turbulência” a enfrentar. Uma reforma financeira inexorável, a partir da constatação de que o grande problema hoje se resume em duas perguntas: é preciso investir, mas onde? E em quê, com os juros na altura em que estão? No final, a ciranda se completa com a constatação de que “a atividade es-

peculativa é a única fonte de riqueza possível hoje, neste País.”

Seu colega Carlos Lessa ouviu estas advertências calado; mas logo depois tacharia de “convergentes” as posições dos convidados. A reforma financeira é “indiscutível” desde que os novos padrões de financiamento desenhados nas reformas pós 1964 acabaram por se transformar num “híbrido monstruoso”, que se convencionou apelidar de “milagre brasileiro”.

O MONSTRO PLASMADO

Lessa desfiou como se deu esta metamorfose: o projeto de 64, realmente “romântico e utópico”, previa, por exemplo, que o mercado de capitais seria o grande suporte das empresas privadas. O sonho se esboroou com o ajuste pragmático do “milagre”, substituído pela dolarização dos ativos financeiros. O processo generalizado de indexação, papéis com deságio, cláusulas de correção monetária a posteriori — tudo isto “plasmou um monstro” e terminou por resultar “na entropia de todo o sistema.”

Uma característica inquietante do sistema financeiro é a que ele classifica como “pró-cliclica”: quando a economia está expandindo-se, esta expansão torna-se ainda mais permissiva; quando entra em processo recessivo, acaba por aprofundar a recessão além do tamanho imaginado.

Dois exemplos mostram bem como funciona sua tese, na prática: o sistema de previdência social e o BNH. Ambos deveriam ser auto-sustentados, mas, à medida que a recessão aumenta, o INPS torna-se progressivamente deficitário; o BNH deixa de ser um território financeiramente estanque, sustentado pelos mutuários, pelo FGTS e pelos depósitos em poupança, uma vez que as peças que compõem o sistema tendem a avançar a níveis também progressivos de inadimplência.

“Isto tudo ocorre”, explica Lessa, “por um erro de concepção das próprias peças componentes do sistema financeiro. Daí já estar formando-se um fantástico consenso contra a estratégia do ajuste pela recessão.”



Carlos Lessa

Ele só deixa de lado a perversa sistemática dos juros ou do “open” para advogar “alta prioridade ao combate do gigantesco volume de desempregados”. Lembra que este contingente cresce, quadro agravado por uma sociedade que não tem nenhuma salvaguarda contra a perda do emprego. Diz que há entre 5 milhões e 6 milhões de brasileiros em situação de fome extrema — e aponta como principal seqüela os índices também crescentes de criminalidade urbana.

Para resolver este quadro, só mesmo um programa ambicioso de criação de novos empregos. Isto consumiria algo como 2,5 a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo seus cálculos, exigindo um esquema especial para financiá-lo. A primeira solução para viabilizá-lo seria uma reforma tributária acoplada a uma reforma financeira profundas e de longo prazo.

Carlos Lessa descobriu um ângulo diferente para falar sobre corrupção ou estatização. O que se perpetrou, a seu ver, não foi a estatização da economia brasileira, mas sim a “privatização da coisa pública”. Uma “privatização da ‘res publica’ que chega a se converter em ‘cosa nostra’”. E que tem uma só explicação: “Qualquer ordem autoritária, mesmo quando armada das melhores intenções, pode conduzir a sociedade a um nó tão apertado quanto o que vivemos hoje”.

Este nó financeiro só afrouxará ao serem desmontados os mecanismos de indexação, o que arrastará muita gente. “Haverá muitos perdedores”, profetiza Lessa, “o mico vai ficar na mão de todo mundo”.